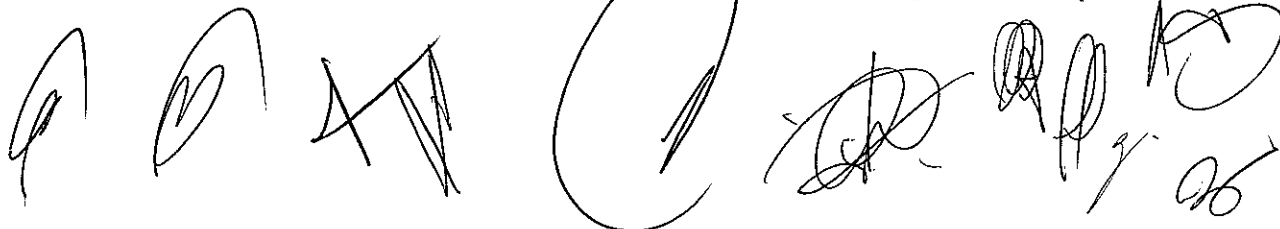
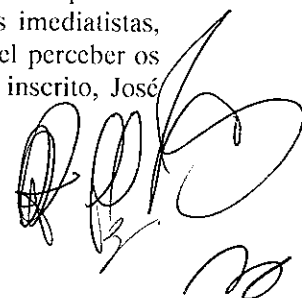

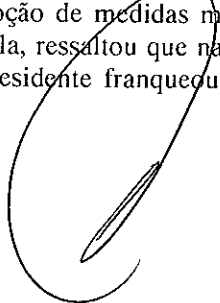



ATA DA 294ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

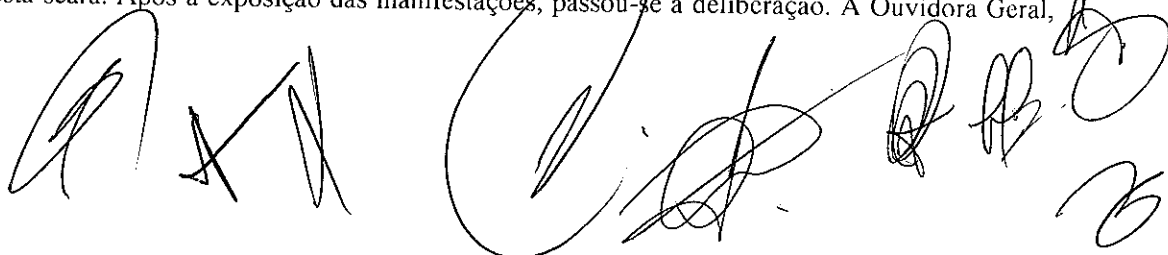
Aos dez dias do mês de agosto do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Davi Eduardo Depiné Filho. Presentes os (as) Conselheiros (as): Rafael Bessa Yamamura, Luciano Alencar Negrão Caserta, Fabiana Botelho Zapata, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Rafael Valle Vernaschi, Bruno Ricardo Miragaia, José Moacyr Doretto Nascimento, Marcia Regina Garutti, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Substituindo a Segunda Subdefensoria, Renato Campos Pinto de Vitto, a Terceira Subdefensoria, Luciana Jordão da Motta Armiliatto de Carvalho, e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. Ausente justificadamente a Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Presidente iniciou a sessão às 09h50min. Sugeriu a inversão da ordem do dia, a fim de iniciar com o momento aberto e posteriormente com a audiência pública. Aprovou-se por unanimidade. Iniciou o momento aberto com o primeiro inscrito, Defensor Mateus Oliveira Moro, Presidente da Comissão de Prerrogativas. Apresentou dois protocolos realizados na Secretaria do Conselho Superior, envolvendo pedidos de desagravo público, relatando que o primeiro caso é em favor ao Defensor Jairo Salvador, decorrente de sua atuação quando do cumprimento de uma determinação judicial de desocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos. Apontou o segundo caso em favor dos Coordenadores do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, decorrente de críticas em função de suas atividades funcionais e observou, nos casos específicos, que a Defensora Pública Daniela Skromov foi desrespeitada por jornalista que ultrapassou o exercício da atividade de imprensa e atingiu sua vida particular, observando também que no caso do Defensor Carlos Weis ele foi desrespeitado por agente policial durante uma audiência pública da qual participava, e ao final apresentou ponderações técnicas com base em legislações ao ler a nota de desagravo. O Presidente passou à palavra ao próximo inscrito, Defensor Carlos Weis, Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Relatou que presidia uma audiência pública, e um representante da Associação dos Oficiais da Polícia Militar tumultuou os trabalhos, com golpes violentos na mesa da Presidência. Após o ocorrido, comunicou que a Associação dos Oficiais publicou nota em site criticando a atuação da Defensoria. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Padre Valdir, Representante da Pastoral Carcerária. Prestou solidariedade aos Defensores do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e se manifestou sobre o assunto, relatando que os ataques aos Defensores Públicos são tentativas de enfraquecimento do trabalho desenvolvido, apontando que o desagravo público é uma forma de fortalecer a luta em prol dos direitos humanos. Por fim agradeceu a atuação do Núcleo de Direitos Humanos. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, o Presidente iniciou a audiência pública com a explanação do relatório da Comissão de Segurança, franqueando a palavra à Conselheira Luciana Jordão. Ela apresentou o relatório da Comissão de Segurança, observando os critérios utilizados e ficou à disposição para eventuais esclarecimentos. O Presidente franqueou à palavra a primeira inscrita, Defensora Vânia Agnelli, Coordenadora da Regional Central. Relatou que o incidente ocorrido há alguns meses na Regional Central não foi um fato isolado e que teme a sua reiteração, com desdobramentos mais graves. Apontou que houve furto de materiais no edifício durante o feriado de Carnaval e que ocorreu sem que o segurança de plantão percebesse. Observou a necessidade de adoção de um serviço de circuito interno de televisão no prédio para evitar esse tipo de ocorrência. Apresentou a pesquisa realizada pela Regional Central e relatou a conclusão de seu relatório pela necessidade de readequar a estrutura da Defensoria, considerando a quantidade de pessoas que circulam no espaço diariamente, listando algumas medidas: a) aquisição de detectores de metais e circuito interno de TV; b) Adoção de posto fixo da Polícia Militar no local; c) instalação de um ambulatório e de brigada de incêndio. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Senhora Janete Sanvidoti, que se declarou usuária da Defensoria Pública. Relatou que é atendida pela instituição no edifício da Avenida Liberdade há anos e apontou que sempre ocorrem incidentes no local, sugerindo a instalação dos detectores de metais e a implantação de um patrulhamento constante da Polícia Militar no local. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Padre Valdir, Representante da Pastoral Carcerária. O Padre parabenizou o trabalho realizado pela Comissão de Segurança e avaliou que as



medidas preventivas abordadas no relatório inibiriam incidentes como os relatados por Vânia Sabin. Pontuou a necessidade de qualificar os funcionários da instituição e também melhorar o atendimento ao público, mas ressaltou que a adoção de policiamento nas unidades da Defensoria iria na contramão dos ideais de uma sociedade mais pacífica e desarmada, afastando os usuários da instituição. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Pedro Aguerre, Representante da Escola de Governo. Refletiu que a medida de vigilância viola os direitos de livre circulação. Citou que locais de vigilância constante, como condomínios, joalherias e bancos são os mais visados por assaltantes, contudo, entendeu ser necessário adotar outras medidas, tais como a qualificação dos funcionários, melhor tratamento às pessoas alteradas e a readequação do espaço físico. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Carolina Ricardo, Representante do Instituto Sou da Paz. Mostrou a importância e a necessidade de um diagnóstico para a violência enfrentada pela instituição, mas apontou que a ausência de uma reflexão mais racional sobre o tema dificulta a adoção de medidas eficazes, mencionando a necessidade de um registro das ocorrências na instituição, a fim de facilitar o mapeamento da origem desses incidentes. Identificou a necessidade de qualificação dos profissionais para atender ao público, a adoção de planos emergenciais para situações atípicas, a melhoria na qualidade do atendimento, a importância do treinamento de seguranças para oferecer respaldo ao atendimento ao público, bem como a readequação arquitetônica das disposições das salas de acordo com o perfil de cada unidade. Considerou que o policiamento não é uma medida sustentável em longo prazo, devendo a Comissão de Segurança exercitar o que foi proposto no relatório para tornar a Defensoria mais segura e acolhedora para seus usuários. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Ivan Seixas, Presidente do Condepe. Pontuou que a instituição não deve generalizar a situação vivenciada após o fato ocorrido, justificando que o agressor não utilizou uma arma de fogo, mas um objeto (martelo) que representaria o seu desespero. Destacou que no país existe uma indústria da segurança, criando uma sensação de insegurança na população e nas instituições para vender produtos e serviços, apontando que a Defensoria deve se posicionar contrariamente a esta paranóia, caso contrário afastará os usuários que confiam na instituição, cerceando o acesso a justiça. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Daniela Skromov, Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Agradeceu o apoio de todos em sua atuação funcional. Considerou a presença de policiais militares na instituição um fator negativo e citou ambientes de grande concentração de pessoas, como unidades do SESC, poupatempo, shopping e metrô que não possuem seguranças armados e tampouco detectores de metais. Por fim, mencionou que o caso do segurança agredido por um martelo foi uma fatalidade, citando que o agressor poderia se utilizar de qualquer outro tipo de objeto, como um grampeador ou outro item disponível dentro da própria instituição. Avaliou que a instituição deve investir em um ambiente adequado, proporcionando um atendimento de qualidade. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Carlos Weis, Coordenador do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Mostrou a importância da Defensoria não incorrer no erro de se colocar em confronto com os usuários da instituição, citando que a população de rua tem receio de procurar a instituição com a presença de militares. Afirmou que o direito à segurança não pode sobrepor ao direito de assistência jurídica, privando a população do acesso à justiça gratuita. Por fim, reforçou a necessidade de qualificar os Defensores, Servidores e Estagiários que atendem ao público. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Anáí Arantes, Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Informou que todos na instituição estão preocupados com a segurança e a qualidade no atendimento às pessoas e ressaltou que, por trabalhar no prédio da Avenida Liberdade, avalia que a capacitação de defensores, servidores e estagiários seria mais eficaz para a segurança no local, ressaltando a necessidade de se diferenciar um usuário irritado de uma situação real de risco. Afirmou que o incidente na Regional Central não seria evitado com a presença da Polícia Militar, bem como a instalação de detectores de metais no prédio. O Presidente franqueou à palavra a próxima inscrita, Juliana Belloque, Defensora da Unidade Júri. Parabenzou o debate elevado e proveitoso e se sentiu contemplada com todas as colocações expostas. Opinou que a opção que parece ser mais imediata e ostensiva pode ser aquela mais equivocada, apontando que as medidas mais simples são justamente as menos eficientes. Defendeu a adoção de medidas mais complexas e menos imediatistas, com resultados mais eficazes. Ao final de sua fala, ressaltou que na área criminal é possível perceber os estragos causados por uma arma de fogo. O Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, José



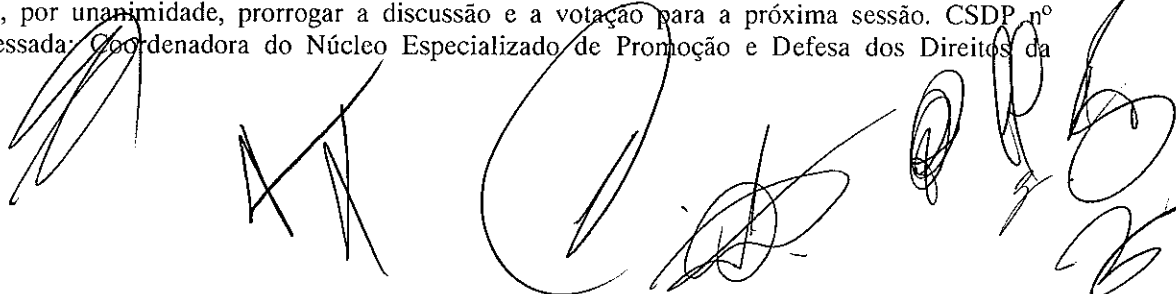
Moacyr Doretto, Defensor Público da Regional de Campinas. Refletiu que qualquer medida de segurança não controlará o inevitável, defendendo o fortalecimento da segurança pública, como prevista na Constituição, e evitando que se amplie a segurança privada para o enfraquecimento do Estado de Direito. Defendeu a utilização de instrumentos não letais pelos seguranças que prestam serviço à Defensoria, além da adoção de equipamentos como detectores de metais. Não havendo mais inscritos na audiência pública, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre o tema. O Representante da Apadep, Rafael Português sugeriu a melhoria no atendimento da triagem da Capital, considerando que a violência decorre das péssimas condições de atendimento. Informou que em pesquisa realizada pela Apadep, houve o levantamento de que a sensação de insegurança no Edifício da Avenida Liberdade é maior do que em outras unidades da Defensoria. Ressaltou que atualmente a segurança da Defensoria é privada e militarizada, com profissionais inadequadamente treinados, apoiando a presença da polícia militar na Regional Central. O Conselheiro Rafael Vernaschi apoiou as sugestões do relatório da Comissão de Segurança e considerou que cabe à instituição adotar todas as medidas para efetivar a segurança, apontando que a maior parte das instituições utiliza detectores de metais, visando reduzir as chances de um novo incidente. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon informou que muitas instituições tem abandonado a utilização dos detectores de metais, pela ausência de efetividade e problemas gerados. Informou que desde que a administração solicitou o patrulhamento pela polícia militar nas imediações do Edifício da Avenida Liberdade, 32, tornou-se comum a presença de uma base da Polícia Militar em frente à instituição, ocupando o espaço de veículo institucional. Pontuou que todos na instituição buscam um ambiente mais seguro, e informou que a Ouvidoria adotou medidas para conter as pessoas mais exaltadas, observando que nenhuma delas passa por restringir o acesso ao órgão. Defendeu a importância da participação da equipe Técnica Psicossocial, citando os momentos de surtos de usuários com algum transtorno mental, além de separar os problemas de saúde e as questões de segurança. A Conselheira Luciana Jordão pontuou a existência de dois expedientes na Coordenadoria Geral de Administração, sendo o primeiro para a reforma do prédio da Avenida Liberdade, relatando que o trabalho não consiste em tarefa rápida e fácil, mas observou que o projeto de reforma já esta em fase de conclusão e que serão consumidos mais de dez milhões com a obra. O segundo expediente, segundo Luciana, envolve a contratação de serviço de brigada de incêndio. Comunicou que em breve a triagem da Capital será realocada em um espaço na Rua Boa Vista, nº 150, diminuindo grande parte do fluxo de pessoas no local, e informou a instalação de um serviço de portaria na Regional Central, retirando os seguranças do trabalho de recepção e distribuição de senhas. O Conselheiro Luciano Caserta apontou a necessidade de capacitar os servidores e estagiários para recepcionar o público, e sugeriu que esse treinamento fosse realizado localmente pela Edepe. Indagou a Coordenadora da CGA sobre a abrangência dos contratos de segurança, pois sentiu dificuldade de compreensão pelo fato de algumas unidades possuírem seguranças com arma de fogo e outras não. A Coordenadora Geral de Administração, Luciana Jordão, esclareceu que os contratos são patrimoniais e pessoais, sem que os agentes portem armas de fogo, tendo sido padronizados nos últimos anos. Apontou que alguns contratos antigos previam armas de fogo, mas que foram readequados à medida que os contratos chegavam ao seu término. O Conselheiro Luciano Caserta indagou a administração sobre a possibilidade de escolta policial quando um Defensor ou servidor receba ameaça em exercício de suas atribuições. O Presidente esclareceu que nestes casos, a Secretaria de Segurança Pública é acionada e adota as medidas necessárias de acordo com cada caso específico. O Representante da Segunda Subdefensoria, Renato De Vitto, parabenizou o relatório apresentado pela Comissão de Segurança e considerou ser necessário um levantamento científico. Sustentou que, considerando o número de incidentes relatados, o ambiente da Defensoria é seguro, mas que não se pode ignorar a sensação de insegurança e o sentimento expressado por membros, servidores e usuários da instituição. Considerou, também, que não cabe à Defensoria questionar a presença da Polícia Militar em via pública. Apontou que em vinte casos relatados pela Coordenadora da Regional Central, dezenove não seriam evitados com a adoção de detectores de metal ou de circuito interno de televisão. Afirmou que as propostas de melhorias devem levar em conta a quantidade de recursos humanos disponíveis na instituição, e relatou que desde o início da Defensoria o atendimento à população melhorou consideravelmente, mas observou a necessidade de avançar nesta seara. Após a exposição das manifestações, passou-se à deliberação. A Ouvidora Geral,

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a set of initials 'A N', a large circular signature, and several smaller, less distinct signatures and initials. The handwriting is cursive and somewhat messy, typical of a legal or official document.

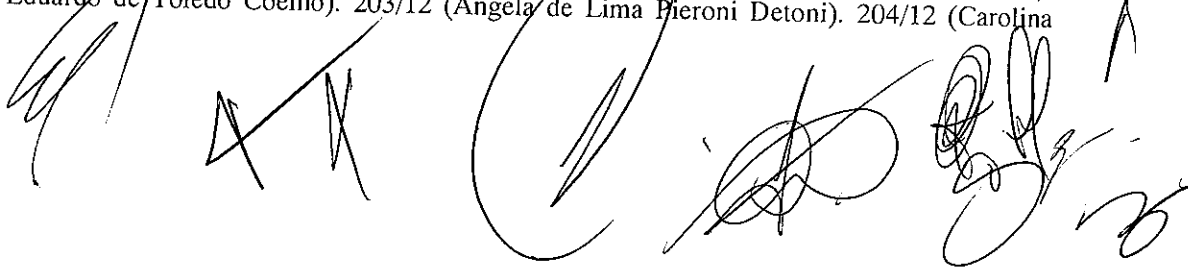
Luciana Zaffalon sugeriu a fixação de cronograma e metas para cada uma das ações. O Presidente sugeriu que a sequência dos trabalhos fossem realizados no âmbito da CGA, o que foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros sobre o tema, passaram-se às Comunicações da Presidência. O Presidente informou que a Defensora Pública Geral recebeu, nesta semana, a visita do Presidente do TJ/SP, Desembargador Ivan Sartori, para assinatura de um termo de cooperação, permitindo que a Defensoria encaminhe as demandas possíveis de conciliação ao Cejusc. Informou que a Defensora Pública Geral reuniu-se com a Corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon, que realizava inspeção no Tribunal de Justiça, tendo sido convidada a apresentar a avaliação da Defensoria Pública sobre as atividades a cargo do Poder Judiciário estadual, juntamente com alguns outros chefes de instituições. Informou que nesta semana, no dia sete de agosto, a Defensoria e a Fundação PROCON assinaram um termo de parceria, visando dar maior celeridade ao atendimento dos consumidores que procuram ambas as instituições. Relatou a visita pela Defensora Pública Geral à Unidade do Tatuapé, acompanhada pelo Segundo Subdefensor Público Geral, Vitore Maximiano. Informou que nesta data, a Defensora Pública Geral visitava a Unidade de Franca acompanhada da Terceira Subdefensora, Juliana Saad, dando sequência ao cronograma divulgado previamente aos Defensores e Servidores. Informou que nesta semana, a Defensora Pública Geral, acompanhada do Segundo Subdefensor Geral, Vitore Maximiano, e do Assessor Criminal, João Martini, reuniu-se com o novo Juiz Corregedor do DIPO, que assumiu o compromisso de garantir a abertura de vista à Defensoria de todos os autos de prisões em flagrante, antes de serem encaminhados às Varas Singulares, na Capital. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência da Conselheira Franciane Marques que estaria afastada por motivos particulares, e anunciou que a Segunda Subdefensoria foi representada pelo Assessor Especial da Defensoria Geral, Renato de Vitto, e a Terceira Subdefensoria foi representada pela Coordenadora da CGA, Luciana Jordão. Não havendo mais comunicações da secretaria, passaram-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon informou que participará reunião com o Colégio de Ouvidores, justificando que não estará presente na próxima sessão, assim solicitou o sobrestamento do processo CSDP nº 007/12 para a sessão do dia vinte e quatro de agosto. Aprovado por unanimidade. O Conselheiro José Moacyr mostrou preocupação sobre a informação recebida pela CTI de que o banco de dados do SIA seria perdido quando houvesse a migração do novo sistema "Defensoria On Line", e indagou à Presidência sobre a veracidade da informação. O Presidente ponderou que o cadastro seria reaproveitado, mas buscará detalhes da informação com o Coordenador da CTI. O Representante da Apadep, Rafael Português, indagou à Presidência dos motivos pelos quais a Deliberação CSDP 254/12, que trata da regulamentação ao cálculo das vantagens pecuniárias por tempo de serviço, ainda não havia sido implementada. O Presidente informou que a administração atualmente realiza uma análise jurídica sobre a legalidade da Deliberação, e mostrou que a posição a ser adotada será justificada através da edição de um ato decisório. Não havendo mais manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou para votação a sugestão de inversão da pauta para julgamento dos processos urgentes, e aprovou-se por unanimidade. Iniciou a ordem do dia com o processo CSDP nº 204/11. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura do V Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Presidente mostrou a importância de aprovar o edital do resultado final da segunda prova escrita, a fim de seguir o cronograma e publicação. A Conselheira Luciana Jordão leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a lista apresentada pelo Presidente da Banca Examinadora. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, homologar o edital do resultado final da segunda prova escrita, após o julgamento dos recursos. Impedidos os Conselheiros Renato Campos Pinto De Vitto, Marcia Regina Garutti, e Fabiana Botelho Zapata. CGDP CAEP nº 010/10. Interessado: Caio Jesus Granduque Jose. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório, e encaminhar à Defensoria Pública-Geral para expedição do ato homologatório de confirmação do interessado na carreira de Defensor Público do Estado. CSDP nº 263/12. Interessado: Caio Jesus Granduque Jose. Assunto: Pedido de afastamento

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the center, and several smaller signatures and initials on the right, including the number '26' at the bottom right.

parcial para cursar as disciplinas do Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, no período de 14 de agosto a 27 de novembro de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A Conselheira Fabiana Zapata leu o voto da relatora, e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, mas produzindo os efeitos a partir da data da confirmação do Defensor na carreira. O Presidente lembrou sobre o precedente do Defensor Cesar Augusto Luiz Leonardo. O Conselheiro José Moacyr sugeriu que a corregedoria o afastasse no período em que o Defensor não estivesse confirmado na carreira. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento do interessado, a partir da data do ato homologatório de confirmação na carreira. CSDP nº 262/12. Interessado: Caio Jesus Granduque Jose. Assunto: Pedido de afastamento para participação em atividades científicas na Faculdade de Direito da Universidade Autônoma de São Luís Potosi - México, no período de 27 a 31 de agosto de 2012. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento do interessado. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento do interessado. CSDP nº 267/12. Interessados: EDEPE e outros. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "VIII Congresso Mundial de Mediação e I Congresso Nacional Brasileiro de Mediação", no período de 27 a 31 de agosto de 2012. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados, com a ressalva de que a Defensora Laís Rabello fosse afastada a partir do dia 28 de agosto. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos Defensores Públicos: Juliana Alves de Almeida, Maria Beatriz Gomes Machado, Maricy Rehder Coelho Camara e Gesanne Fonseca Gomes. Deliberou ainda, por unanimidade, deferir o afastamento da Defensora Pública Laís Rabello Zaros, no período de 28 a 31 de agosto de 2012. CSDP nº 277/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "18º Seminário Internacional do IBCCRIM", no período de 28 a 31 de agosto de 2012. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento dos interessados. O Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos Defensores Públicos: Andrea Percin de Arruda Ribeiro Rios, Sidnei Francisco Neves, Bruno Shimizu, Clarissa Portas Baptista da Luz, Fabiana Camargo Miranda Guerra, Patrick Lemos Cacicedo, Fernanda Cukier dos Santos, Saulo Dutra de Oliveira, Valeria Silva do Nascimento, Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/12. Interessado: Welton Carlos de Cristo Alves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de Bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo, no período de 24 de fevereiro a 04 de julho de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 152/10, que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciais. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 152/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, a set of initials 'AN', a large circular signature, and several smaller, less distinct signatures and initials.

Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 179/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 182/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 134/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 352/11. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Apuração da violação de prerrogativa na Defensoria Pública - Regional da Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 125/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2011 a janeiro de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 160/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 241/12. Interessados: Coordenadores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a dezembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 166/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2012. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos abaixo relacionados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº (Interessado). 169/12 (Vivian Monsef de Castro). 170/12 (Thais Helena Costa Nader). 171/12 (Luiz Felipe Azevedo Fagundes). 172/12 (Vivian Maria Lopes). 173/12 (Francisco Carlos Marques Matarczio). 174/12 (Jose Moacyr Doretto Nascimento). 175/12 (Alexandre Grabert). 176/12 (Adriana Mayer dos Santos). 177/12 (Felix Ricardo Nonato dos Santos). 178/12 (Alessandra Pereira de Melo). 180/12 (Gesanne Fonseca Gomes). 181/12 (Ricardo Cesar Franco). 183/12 (Mariane Vinche Zampar). 184/12 (Samanta Cristina Lopez de Souza Ramos). 185/12 (Marcus Vinicius Ribeiro). 186/12 (Marco Antonio Correa Monteiro). 187/12 (Wagner Ribeiro de Oliveira). 188/12 (Vanessa Pellegrini Armenio). 189/12 (Rafael Braga Vinhas). 190/12 (Diego Vale de Medeiros). 191/12 (Katia Cilene Oliveira Giraldi). 192/12 (Amanda Polastro Schaefer). 193/12 (Juliana Pavanelli). 194/12 (Aline Maria Fernandes Morais). 195/12 (Eduardo João Ra). 196/12 (Alexei Hermann de Carvalho Kirchhoff). 197/12 (Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II). 198/12 (Tatiana de Souza Kotake Ribeiro). 199/12 (Flavia Laet Ribeiro de Almeida). 200/12 (Samanta Romano Tresinari Grangeiro). 201/12 (Jose Eduardo Mendes). 202/12 (Luiz Eduardo de Toledo Coelho). 203/12 (Angela de Lima Pieroni Detoni). 204/12 (Carolina

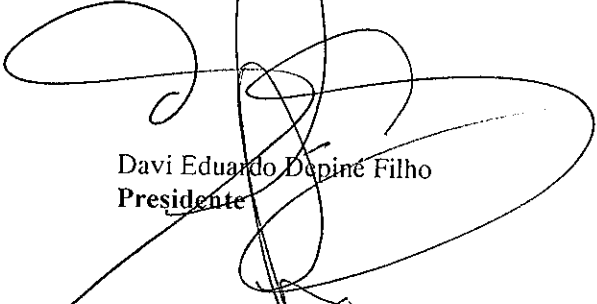


Nunes Pannain). 205/12 (Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina). 206/12 (Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho). 207/12 (Debora de Vito Oriolo). 208/12 (Renata Lawant Miranda). 209/12 (Filovalter Moreira dos Santos Júnior). 210/12 (Anisio Vieira Caixeta Junior). 211/12 (Daniela Skromov de Albuquerque). 212/12 (Maira Coraci Diniz). 213/12 (Viviane Oliveira Lourenço). 214/12 (Janayna Lombisani). 215/12 (Viviane Modesto Gramulha). 216/12 (Julio Cesar Tanone). 217/12 (Phenelope Carvalho de Almeida). 218/12 (Alexandro Pereira Soares). 219/12 (Rafael Bessa Yamamura). 220/12 (Marcelo Martiniano de Oliveira). 221/12 (Ana Paula Gaudêncio de Figueiredo). 222/12 (Tatiana Belons Vieira). 223/12 (Fernanda Costa Hueso). 224/12 (Bruno Lopes de Oliveira). 225/12 (Luciana de Oliveira Fernandes Fortes Balam). 226/12 (Betânia Devechi Ferraz Bonfa). 227/12 (Leandro de Marzo Barreto). 228/12 (Leila Rocha Sponton). 229/12 (Amanda Pontes de Siqueira). 230/12 (Bruno Diaz Napolitano). 231/12 (Bruno Ricardo Miragaia Souza). 232/12 (Giovana Devito dos Santos). 233/12 (Rodrigo Figueiredo de Oliveira). 234/12 (Tânia Cristina dos Santos de Oliveira). 235/12 (Felipe Pires Pereira). 236/12 (Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes). 237/12 (Fernando Rodolfo Mercês Moris). 238/12 (Cesar Augusto Luiz Leonardo). 239/12 (Juliana Araujo Lemos da Silva Machado). 240/12 (Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga). 242/12 (Danilo Kazuo Machado Miyazaki). CSDP nº 168/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (novembro de 2011 a maio de 2012). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 253/12. Interessado: Wagner Giron de La Torre. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (Regulamenta a gratificação pelo exercício de atividades em condições de especial dificuldade decorrente da localização ou da natureza do serviço). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/12. Interessada: Roberta Marques Benazzi Villaverde. Assunto: Remoção por união de cônjuges (de: Regional Guarulhos / para: Unidade Mogi das Cruzes). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 248/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2007). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 270/12. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "III Congresso Nacional dos Defensores Públicos da Infância e da Juventude", no período de 12 a 14 de setembro de 2012. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 272/12. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no Seminário "Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - Rumos da Resolução 125-Do CNJ", no dia 27 de agosto de 2012. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 274/12. Interessado: Arthur Soares Pinto Moser. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 134/09, que estabelece regras para a cobrança de honorários de sucumbência arbitrados pela autoridade judicial. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 254/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/12. Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Pedido de sugestão à Defensoria Pública Geral para expedição de recomendação à Coordenadoria Geral de Administração, visando o cumprimento da Deliberação CSDP nº 13/06 (que regulamenta a concessão de diárias dispõe sobre o reembolso de transportes e dá outras providências). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O

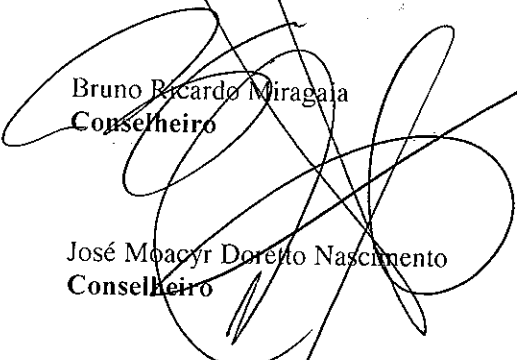
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, several initials in the center, and a signature on the right.

Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 266/12. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Proposta de alteração do ato concessivo de gratificação "pro labore" a servidores do quadro efetivo da Defensoria Pública. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 268/12. Interessado: Coordenadoria do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho de 2011 a junho de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/12. Interessada: Fabiana Botelho Zapata. Assunto: Pedido de afastamento para coleta de informações detalhadas ao processo CSDP 135/11 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos), nos dias 07, 08, 09, 14 e 15 de agosto de 2012. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 080/11. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 013/10. Interessado: Fabricio Bueno Viana. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 007/10. Interessado: Leandro de Castro Gomes. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 004/10. Interessado: Douglas Tadashi Magami. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 021/10. Interessado: Lucas Pampana Basoli. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 012/10. Interessado: Bruno Shimizu. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 015/10. Interessada: Juliana Pascutti Ferreira de Oliveira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/10. Interessado: Fernando Catache Borian. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 016/10. Interessado: Patrick Lemos Cacicedo. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 005/10. Interessada: Juliana do Val Ribeiro. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 059/11. Interessado: Mario Eduardo Bernardes Spexoto. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 006/10. Interessada: Ariane Carolino de Padua Paschoal. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 011/10. Interessado: Rafael Folador Strano. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a

próxima sessão. CGDP CAEP nº 026/10. Interessado: Ricardo Lobo da Luz. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/10. Interessado: Julio Grossein. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vítore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dez dias do mês de agosto do ano de 2012.

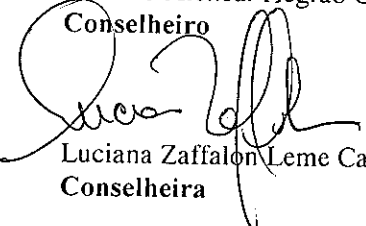

Davi Eduardo Depiné Filho
Presidente

Luciana Jordão da Motta A. de Carvalho
Conselheira


Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro

José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro

Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro


Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

Rafael Morais Português de Souza
Representante da Apadep


Marcia Regina Garutti
Conselheira

Renato Campos Pinto De Vitto
Conselheiro

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro


Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro